



São Paulo, 31 de janeiro de 2023.

Ofício nº 010/2023

Prezado Sr.,

O Governo Federal enfrenta um problema estrutural na área de segurança pública fruto de uma inexistência de políticas unificadas de abrangência nacional e de coordenação dos entes federativos.

Devemos estar atentos à precarização enfrentada pelos trabalhadores da segurança pública a nível nacional que frente ao descaso da maioria de suas pautas reivindicatórias acabam se alinhando a setores que prometem uma valorização dessas categorias partindo do pressuposto de que um aumento da violência estatal se equivale a um aumento da segurança pública e valorização de seus agentes, ao mesmo tempo em que não garante a defesa dos direitos básicos desses trabalhadores.

Por outro lado o crime organizado tem se infiltrado cada vez mais na esfera política e devido a políticas complacentes com ilícitos como garimpo clandestino e contrabando de madeira ampliando sua base econômica e sua penetração social nas regiões de alta incidência desses crimes, expandindo sua área de atuação antes restrita às regiões metropolitanas e aprofundando o problema garantia de segurança e preservação da soberania nacional nas regiões fronteiriças.

Faz-se necessário a implementação de uma política centralizada que permita a uniformização dos dados relativos à segurança pública, visando à criação de uma política nacional de segurança pública baseada em evidências que atenda os anseios da sociedade e ao mesmo tempo garantindo a valorização salarial, profissional e pessoal e melhorando sua formação dos agentes de segurança pública como medida de melhorar sua integração a sociedade.

Existe um consenso entre as principais entidades que estudam a Segurança Pública a respeito desta pauta como ponto de partida para reestruturação da política de segurança pública em nosso país.

Tal consenso também existe entre as entidades sindicais da área.

Entre as principais pautas dos operadores da segurança pública destacam-se:

- Regulamentação SUSP
- Piso nacional da segurança pública
- Criação do Ministério da segurança pública
- Lei geral da Polícia Penal
- Aposentadoria Especial sem limite de idade para agentes de Segurança Pública
- Regulamentação da Polícia Penal Federal
- Apólice de seguro de vida e acidentes incapacitantes para policiais civis, militares e penais
- Programa de cuidado Biopsicossocial para os trabalhadores da segurança pública
- Fortalecimento e integração da Inteligência Penitenciária
- Investimento nas carreiras de apoio do sistema prisional
- Fim da privatização do sistema prisional
- Cadeira permanente do CNPCP por entidades sindicais
- Lei que regulamente a proporcionalidade se policiais penais X população carcerária
- Regulamentação de uma identidade funcional nacional para as polícias penais

Atenciosamente,



Fabio Cesar Ferreira
Presidente do SIFUSPESP
Secretário Geral da FENASPPEN

Ao

Sr. Abdael Ambruster

MD Coordenador Nacional de Segurança Pública do PT